

ACM alerta para necessidade de evitar privilégios

KÁSSIA CALDEIRA

29 OUT 1996

O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que o Senado tem de examinar a proposta dos governadores para renegociação de suas dívidas, mas ressaltou que é preciso dar tratamento igual a todos. "É obrigação do Senado receber propostas e examiná-las de acordo com pareceres do Executivo, mas levando em conta a equidade, porque não é justo favorecer os Estados mais endividados em detrimento dos que estão cumprindo suas obrigações."

Na sua opinião, o governo pode até conversar separadamente com os governadores, "mas sem levar em conta a proporcionalidade do Estado e do tamanho da dívida". Na sua opinião, o presidente Fernando Henrique Cardoso está certo quando avisa que o governo federal não ajudará os governadores que não se ajudam. "O presidente se prestigiará cada vez mais na medida que ceder menos."

"O racional é que toda medida como a proposta para as dívidas tem de passar também pelo governo, porque quem tem os números é o Executivo." Segundo o senador, a sensibilidade política é necessária e "pode evitar o agravamento de crises". "É preciso uma atuação mais eficaz, sobretudo do Banco Central."

A Bahia, para ele, tem uma situação equilibrada e mostra que a reforma do Estado é possível: "O governo não paga marajá, tem um relacionamento bom com os demais poderes e há sete anos a folha de pagamento não ultrapassa os 60% da receita", observou ACM, que esteve em São Paulo num jantar em homenagem a seu filho, o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).